



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.  
Sub-eixo: Relações patriarcais de gênero e raça.

## O PENSAMENTO DE DANIÈLE KERGOAT E HEIDI HARTMANN SOBRE A RELAÇÃO PATRIARCADO- CAPITALISMO

ROBERTA MENEZES SOUSA<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo recupera o pensamento de Danièle Kergoat e Heidi Hartmann sobre a relação entre patriarcado e capitalismo. Pertencentes ao campo feminista marxista, vinculam-se à tese que defende o patriarcado como sistema específico e autônomo ao capitalismo, que ao se combinarem, remodelam as relações sociais de classe. No cenário de crise capitalista, a partir dos anos 2000, o debate sobre a relação patriarcado-capitalismo é retomado, em razão das consequências sobre a vida e trabalho das mulheres com a instauração da ortodoxia neoliberal e da reestruturação produtiva, no contexto de profundas modificações sofridas pelo capitalismo, a partir dos anos 1970.

**Palavras-chave:** Patriarcado; Capitalismo; Feminismo.

**Resumen:** Este artículo recupera el pensamiento de Danièle Kergoat y Heidi Hartmann sobre la relación entre el patriarcado y el capitalismo. Perteneciente al campo feminista marxista, vinculan a la tesis que defiende al patriarcado como un sistema específico y autónomo al capitalismo, que al combinar, remodela las relaciones sociales de clase. En el escenario de la crisis capitalista, a partir de los años 2000, se reanuda el debate sobre la relación patriarcado-capitalismo, debido a las consecuencias sobre la vida y la obra de las mujeres con la introducción de la ortodoxia neoliberal y la reestructuración productiva, en Contexto de profundas modificaciones sufridas por el capitalismo, a partir de los años 1970.

**Palabras-clave:** Patriarcado; Capitalismo; Feminismo.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva resgatar a produção teórica de Danièle Kergoat e Heidi Hartmann sobre a relação entre patriarcado e capitalismo. Durante os anos de 1970 até meados dos anos de 1980, o patriarcado e o capitalismo foram alvos de debates acalorados, período de emergência do novo feminismo e de crise do capital que atingiu os países de capitalismo central.

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. E-mail: <roberta\_menezes@hotmail.com>

Na entrada dos anos de 1980, o que chama a atenção é que o debate sobre a relação patriarcado-capitalismo perde o vigor (DELPHY, 2009). Na elaboração teórica feminista, o abandono dos estudos sobre patriarcado e capitalismo coincide com o recuo das críticas ao capitalismo e com a própria crise do feminismo marxista nos anos de 1980, diante da consolidação de outras correntes do feminismo, que se desenvolveram “[...] em grande medida, em antagonismo a uma ‘caricatura de Marx’, caracterizada por um determinismo, um materialismo vulgar, categorias cegas ao sexo, e por um reducionismo econômico” (GIMENEZ *apud* ARRUZZA, 2017, p. 42).

As mudanças ocorridas na ordem societária capitalista, em uma conjuntura assinalada pela instauração do ideário neoliberal e de reestruturação produtiva afetaram significativamente a totalidade da vida social. Além de potencializar a contradição antagônica fundamental, ou seja, as relações sociais entre trabalho e capital, o atual estágio do capitalismo é gerador de novas contradições e antagonismos, dentre elas as de gênero.

As mulheres foram “especialmente afetadas pelo capitalismo patriarcal, seja na exploração do seu trabalho, na violência sobre seus corpos e na expropriação dos bens comuns que são vitais para a sobrevivência das comunidades” (PARADIS; CARRAU e BARRETO, 2017, p. 23). A adoção da agenda neoliberal e das medidas de ajuste estrutural impediram mudanças mais significativas nos direitos e condições de vida e trabalho das mulheres, com a desregulamentação e redução dos direitos conquistados e o desmonte das políticas sociais públicas, mediante o enxugamento dos Estados nacionais e a transferência das responsabilidades estatais para a esfera privada (ALVAREZ, 2003).

A globalização capitalista e as repercussões negativas sobre a vida das mulheres tornaram premente a necessidade de compreender a relação estrutural entre capitalismo e opressão das mulheres, compreensão permeada de desafios inerentes à própria superação das dificuldades na articulação entre o marxismo e feminismo e, por sua vez, os obstáculos inerentes à leitura da realidade social e de intervenção sobre ela, no que diz respeito à “[...] análise da divisão sexual do trabalho, do papel da reprodução para o capitalismo, da

maneira como a ideologia patriarcal se entrelaça com as dinâmicas da acumulação capitalista” (ARRUZZA, 2015, p. 54).

É neste contexto que, a partir dos anos 2000, a década conhecida pela resistência feminista ao neoliberalismo (Paradis; Carrau e Barreto, 2017), há uma recomposição do campo feminista, em escala nacional e internacional, em uma perspectiva antissistêmico e o fortalecimento dos debates acerca da imbricação das relações sociais de classe, raça e sexo/gênero. Assim, o debate sobre a relação patriarcado-capitalismo é retomado, e muitas teóricas feministas foram levadas a considerar de forma especial as relações estruturais entre ambos, no período assinalado por uma crise econômica e social de proporções mundiais.

Desta maneira, recuperamos o pensamento de Daniele Kergoat e Heidi Hartmann, ambas pertencentes à corrente de pensamento marxista que considera o patriarcado como sistema autônomo ao capitalismo — ou a tese dos sistemas duplos ou triplos<sup>2</sup>, as relações sociais de sexuais enquanto um sistema autônomo e específico “[...] se combina ao capitalismo e remodela as relações de classe” (ARRUZZA, 2015, p. 36).

## **2. DANIÈLE KERGOAT E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO: O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDAMENTAL DOS CONFLITOS, TENSÕES E ANTAGONISMOS ENTRE HOMENS E MULHERES**

---

<sup>2</sup> Por questão de honestidade intelectual, tomamos emprestado o título atribuído por Arruzza (2010) à respectiva tese que expressa, no campo do feminismo marxista, uma das principais contribuições nos estudos sobre a relação entre patriarcado e capitalismo. Com diferentes variações na teorização patriarcado-capitalismo, estão entre as pensadoras desta corrente Christine Delphy, Heidi Hartmann, Sylvia Walby e Danièle Kergoat, sendo uma das concepções mais difundidas entre teóricas e ativistas feministas, influenciando e alimentando as práticas organizativas que se voltam às lutas contra a tríade capitalismo-patriarcado-racismo. No interior do campo feminista marxista, ainda podemos destacar duas teses influentes: a tese do capitalismo indiferente às relações de gênero, que considera a opressão de gênero desnecessária ao capitalismo, sendo uma relação contingente e oportunista, concepção defendida por Ellen Wood; e a teoria unitária, que de acordo com Cinzia Arruzza, a opressão de gênero não corresponde a um sistema autônomo e dotado de causas próprias, mas que se tornou, através de um longo processo histórico de dissolução das precedentes formas de vida social, parte integrante da sociedade capitalista.

A partir dos anos de 1970, as sociólogas feministas francesas introduziram as categorias *relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho*, “[...] expressões indissociáveis que, epistemologicamente formam um sistema” (KERGOAT, 2009, p. 71), como alternativa a *patriarcado*, por ter sido considerado insatisfatório para analisar as relações entre homens e mulheres.

Como toda relação social, a relação social de sexo é “[...] uma relação antagônica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa [*enjeu*]” (KERGOAT, 2010, p. 94), conflituosa, permeada de tensões e de interesses antagônicos entre homens e mulheres. Um paradigma das relações de dominação estrutura o conjunto do campo social, sendo transversal à totalidade desse campo (KERGOAT, 2009). É uma relação de produção material e ideal por se intercruzarem exploração, dominação e opressão.

As disputas referentes às relações sociais de sexo são “[...] formadas pela divisão do trabalho entre os sexos e o controle social da sexualidade e da função reprodutiva” (KERGOAT, 2010, p. 99). Enquanto conceito analítico, a divisão sexual do trabalho é elaborada pelas feministas como expressão material das relações sociais de sexo e um desdobramento crítico da generalidade da categoria “divisão social do trabalho”, que, ao partir de um modelo assexuado e de um sujeito masculino universal (HIRATA; ZARIFIAN, 2003), não oportunizava compreender a opressão específica vivenciada coletivamente pelas mulheres. São realizados pelas mulheres, quase de forma exclusiva, de forma gratuita, “[...] uma enorme massa de trabalho [...] invisível [...] feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2009, p. 68), incluindo nesse conjunto o trabalho doméstico, parental, e todas as esferas de cuidado e responsabilidades pelas pessoas.

A tomada de consciência da opressão específica no âmbito do trabalho, além de dar visibilidade e denunciar a carga de trabalho das mulheres permitiu que, no âmbito da produção de conhecimento feminista e nas ações políticas do movimento feminista, situadas no campo marxista e da esquerda política, se incorporasse a dimensão do trabalho doméstico e a esfera da reprodução, abrangendo reflexões sobre o trabalho não-assalariado, não-remunerado, não-mercantil e informal (PICQ *apud* KERGOAT, 2009).

A divisão sexual do trabalho é, segundo Kergoat, a base material, e não unicamente ideológica, pela qual se exprimem as relações sociais de sexo como tipo de relação permeada pelo poder dos homens sobre as mulheres. Portanto, não se trata de uma mera repartição e complementaridade de tarefas de acordo com a noção de divisão sexual do trabalho de Levi-Strauss para explicar a estruturação da sociedade em famílias (Id., 2009).

Seus princípios organizadores, a separação e a hierarquização, respectivamente, mostram a existência de trabalhos considerados de homens e de mulheres e a valoração do trabalho daqueles em detrimento do trabalho destas. Adaptável a cada sociedade, tem “[...] por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc)” (KERGOAT, 2009, p. 67).

Não se caracteriza a um destino natural ou biológico, que reduz gênero a sexo biológico e as práticas sociais a papéis sociais sexuados, legitimados pela ideologia naturalista (KERGOAT, 2009). As diferenças constatadas entre as práticas dos dois grupos são constructos sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica. Sob esta perspectiva, a divisão sexual do trabalho é uma construção social, resultado das relações sociais de sexo, uma relação antagônica entre mulheres e homens baseada na hierarquia, em relações de poder e de dominação. As alterações nesta relação só podem ocorrer desde que seja transformada concretamente a divisão do trabalho baseada no sexo.

Acerca da definição de relação social de sexo, Kergoat faz uma distinção entre duas palavras do idioma francês, *rapport* e *relations*, ambas apropriadas para apreender a sexuação do social, mas com níveis distintos de realidade. A primeira expressão remete ao antagonismo presente entre os grupos sociais, mulheres e homens, em que ambos possuem interesses contraditórios. Esta relação, “[...] que por sua vez, são abstratas e opõem grupos sociais em torno de uma disputa [*enjeu*]” (KERGOAT, 2010, p. 95) é modelada pelo sistema patriarcal e materializa-se na divisão sexual do trabalho.

O segundo termo, *relations*, expressa as interações ou relações sociais concretas mantidas entre grupos e indivíduos, espaço que recria o social e dinamiza parcialmente o processo do social sexuado, a exemplo das formas

sociais “casal” e “família”, como exemplifica a autora, em que “[...] há um deslocamento das linhas de tensão”, enquanto “[...] as relações sociais de sexo permanecem intactas” (KERGOAT, 2010, p. 95).

Por mais que apresentem alterações significativas, não está nas “relações intersubjetivas” o potencial de mudanças reais das relações sociais, esfera que continua a operar e manifestar exploração, dominação e opressão. Localizam-se nas *práticas sociais* as possibilidades de emersão das formas de resistência do sujeito político, bem como a própria constituição desse sujeito apto a subverter as relações sociais de sexo e a potencialidade de mudanças no nível das relações sociais.

Nos anos de 1970, o conceito de *consustancialidade* das relações sociais, em conjunto com *coextensividade*, “[...] para procurar compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul)” (KERGOAT, 2010, p. 93), partindo da compreensão da divisão sexual do trabalho como fenômeno histórico, situado entre a permanência de seus princípios organizadores (separação e hierarquização) e a complexidade e as variações de suas modalidades no tempo e no espaço<sup>3</sup> (KERGOAT, 2009). Sobre a consustancialidade e a coextensividade, diz que

[...] as relações sociais são *consustanciais*; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e se co-produzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94).

Para Kergoat (2010), situar a análise das relações sociais nos termos da consustancialidade-coextensividade permite considerar que “[...] *de acordo*

---

<sup>3</sup> Na medida em que o capital tem incorporado o trabalho das mulheres, a flexibilização e a precarização da mão de obra feminina apontam para tendências do trabalho deste segmento no contexto de crise econômica e desemprego em massa, além do aparecimento e desenvolvimento dos “nomadismos sexuais”. Nomadismos referentes ao tempo para as mulheres, com o crescimento de trabalhos em tempo parcial e temporários, e os nomadismos do espaço para os homens, caracterizados pela concentração de alguns trabalhos nas mãos dos homens e os deslocamentos profissionais dos altos executivos no mundo. O fosso também se dá entre as próprias mulheres, na chamada dualização do emprego feminino. Se por um lado a precarização e a pobreza são significativamente crescentes entre as mulheres, por outro lado aumentaram os capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção de mulheres ativas, a exemplo do quantitativo das executivas e profissionais com ensino superior, que dobrou, contabilizando 10% (KERGOAT, 2009).

com uma configuração dada de relações sociais, o gênero (ou a classe, a raça) será — ou não será — unificador. Mas ele [o gênero] não é em si fonte de antagonismo ou solidariedade” (KERGOAT, 2010, p. 99, grifos da autora). Ou seja, não existe uma sobreposição de uma relação social sobre outra, mas interação entre si mediante “[...] o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se as outras e construindo-se de maneira recíproca” (Ibid., p. 100), produzindo-se mutuamente (coextensividade) e formando o que denomina de “nó” das relações sociais.

Ao nosso ver, precisaria ficar mais evidente a forma como se estabelecem as alianças entre os sistemas e a forma de funcionamento do nó das relações sociais sexo-raça/etnia-classe, como se estabelece a interação entre as relações sociais e o próprio funcionamento das instâncias internas de cada sistema, no que diz respeito ao processo de dominação-exploração-opressão das mulheres.

Kergoat cita um exemplo prático referente ao crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho e a persistência da contradição que tem acompanhado esta tendência na permanência das segmentações entre os empregos masculinos e femininos, das desigualdades salariais e do trabalho doméstico ainda assumido pelas mulheres quase que exclusivamente. Dessa forma, conclui não se tratar de uma aporia interna das relações sociais de sexo, mas da necessidade do capitalismo ter

[...] uma mão-de-obra flexível, que empenhe cada vez mais sua subjetividade: o trabalho doméstico assumido pelas mulheres libera os homens e, para as mulheres de alta renda, há a possibilidade de externalização do trabalho doméstico para outras mulheres [...]. Assim, não se pode argumentar no âmbito de uma única relação social. O suposto paradoxo aponta para a imbricação, na própria gênese da divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo, de diferentes relações sociais, e de relações sociais que não podem ser abordadas da mesma maneira (KERGOAT, 2010, p. 94).

Com base na citação, Kergoat (2010) destaca o imperativo materialista das relações sociais de gênero, raça, classe, ao defini-las como relações de produção onde se entrecruzam a exploração, dominação e opressão em cada um dos sistemas, internamente e entre eles. Estes sistemas que apresentam

suas próprias instâncias, como afirma a autora, vão de encontro ao entendimento que as “[...] relações de classe se inscrevem unicamente na instância econômica, e as relações patriarcais, unicamente na instância ideológica” (KERGOAT, 2010, p. 99). Assim, a exploração econômica, dominação e opressão, instâncias contidas em cada um dos sistemas de gênero, raça e classe, “[...] articulam-se entre si, de maneira intra e intersistêmica” (Ibid., p. 99). No entanto, Kergoat ao partir do suposto de que cada sistema (de sexo, raça e classe) possui instâncias próprias que entrecruzam exploração, dominação e opressão, articulando-se entre si de maneira interna e externa, não deixa evidente a lógica própria que rege o funcionamento de cada sistema que engloba as relações sociais de sexo, ou seja, a sua dinâmica interna e a condição pela qual a opressão de gênero continua a se reproduzir sob o sistema capitalista.

Como imperativo histórico, evidencia o caráter dinâmico das relações sociais, que são compostas por uma estrutura que permite a permanência das relações de gênero, raça e etnia, bem como a existência de períodos históricos e eventos que podem acelerar o curso das transformações das respectivas relações. Chama a atenção para a necessidade de historicizar todas as relações sociais, sem menosprezar uma ou outra, o que “[...] significaria transformar a relação em categorias caracterizadas pela metaestabilidade” (KERGOAT, 2010, p. 100).

Por último, o terceiro imperativo Kergoat define as invariantes nos princípios de funcionamento das relações sociais, no caso, os dois princípios organizadores: a separação e a hierarquização. Segundo a autora, esses princípios são invariáveis, mas as formas como as relações sociais de sexo manifestam-se “[...] são extremamente instáveis no tempo e no espaço” (Ibid., p. 100), tomando como exemplo a divisão sexual do trabalho.

### **3. Heidi Hartmann: de um casamento infeliz a uma proposta de uma união mais progressista entre o marxismo e o feminismo**



Heidi Hartmann, no ensaio *“Um matrimonio mal avenido: hacia una unión más progresiva entre marxismo y feminismo”* (1981), constata, nas recentes tentativas de integração entre o marxismo e o feminismo, uma relação desigual, com a constante subordinação do segundo ao primeiro, e por sua vez a subsunção da luta feminista à luta contra o capital. Afirma criticamente que “[...] son una cosa solo, y esta cosa es el marxismo” (HARTMANN, 1981, p. 2), e aponta para a necessidade de um casamento mais saudável ou o próprio divórcio entre ambos.

As desigualdades da relação feminismo radical e marxismo não são acidentais. De acordo com Hartmann, apesar das análises marxistas apresentarem questões essenciais para o entendimento das leis do desenvolvimento histórico do capital, estas tem se revelado insuficientes e limitadas quanto ao sexismo: “[...] *as categorías del marxismo, son ciegas al sexo*” (HARTMAN, 1981, p. 2). Compartilham a premissa política de que a luta de classes absorveria ou contemplaria a luta feminista, ao considerá-la menos importante, secundária, e que dividiria a classe trabalhadora.

Embora considere que “[...] *sólo um análisis específicamente feminista revela el carácter sistemático de las relaciones entre hombre y mujer*” (Ibid., p. 2), não são suficientes por serem cegas à história e não bastante materialistas. Diante do impasse, propõe uma nova orientação, a qual denomina de análise feminista marxista, uma conjunção do feminismo com o marxismo:

Hay que recurrir tanto al análisis marxista, y en particular a su método histórico y materialista, como al análisis feminista, y em especial a la identificación del patriarcado como estructura social y histórica, si se quiere entender el desarrollo de las sociedades capitalistas occidentales y la difícil situación de la mujer dentro de ellas (HARTMANN, 1981, p. 2).

Partindo da tese de que o patriarcado não é só uma estrutura psíquica, mas também social e econômica, sugere que a sociedade está organizada sobre bases capitalistas e patriarcais, produzindo “[...] *una colaboración entre patriarcado y capitalismo*” (Ibid., p. 3). A acumulação capitalista assenta-se na estrutura patriarcal, contribuindo para sua perpetuação, ao tempo que a ideologia sexista assume uma forma particularmente capitalista na atualidade. Dessa maneira, discorda das feministas radicais, particularmente Juliet

Mitchell, que caracteriza o patriarcado como estrutura ideológica, desprovido de uma base material.

Segundo Hartmann (1981), nos estudos que Mitchell realizou sobre o trabalho reprodutivo, a sexualidade e a criação dos filhos, a atuação do patriarcado é situada primordialmente no âmbito psicológico do processo de aprendizado sobre ser homem e mulher. Shulamith Firestone também apresenta fenômenos psicológicos resultantes da dependência das mulheres e da dominação dos homens sobre elas. Hartmann não desconhece que estes fenômenos estão relacionados ao poder social do homem, mas critica Mitchell quando, ao analisar a interação entre o patriarcado como estrutura ideológica fundamental e o capital como estrutura econômica fundamental, não dá a este uma base material em relação “entre la fuerza de trabajo del hombre y la de la mujer, ni tampoco señalalos aspectos material es del processo de formación de la personalidad y de creación de los géneros, com lo que limita la utilidad de su análisis (HARTMANN, 1981, p. 10).

Sua leitura sobre os escritos de Shulamith Firestone, especificamente *A dialética do sexo* (1970), considera que a feminista radical estabelece uma ponte entre o marxismo e o feminismo quando aplica ao estudo do patriarcado uma perspectiva analítica materialista e afirma a existência de uma base material do patriarcado, o trabalho das mulheres na reprodução da espécie.

Embora reconheça o avanço dos estudos de Firestone, especialmente no que se refere à abordagem do poder dos homens sobre as mulheres como questão política e não privada e as consequências subjetivas resultantes deste processo, critica a ênfase nos aspectos biológicos e da reprodução, assim como discorda que a base de todas as outras formas de opressão esteja no domínio dos homens sobre as mulheres. Para Hartmann, é necessário entender como o sexo biológico se converteu em gênero, um fenômeno social, e situar histórica e socialmente todo o trabalho desenvolvido pelas mulheres.

Sobre as análises marxistas sobre a questão da mulher, Hartmann ressalta que a maioria delas parte da posição e da relação da mulher com o sistema econômico, sem considerar a relação mulher-homem, ao supor que esta última ficará explicada por meio da análise do sistema capitalista. Desta forma, na primeira parte do seu ensaio, destaca os três principais enfoques que

os estudos marxistas adotaram para uma leitura sobre a condição da mulher no capitalismo, que conectam, sem exceção, a opressão desta à produção, ao definir o seu pertencimento à classe trabalhadora.

O primeiro enfoque que teve como representantes Marx, Engels, Kautsky e Lenin e parte da premissa de que a entrada das mulheres no mercado de trabalho, sob o capitalismo, eliminaria a divisão sexual do trabalho, destituindo a pequena propriedade campesina e as relações patriarcais. Para Engels, o trabalho era a chave para a emancipação feminina, porque tornava a mulher economicamente independente dos homens. Sua liberação, portanto, estaria condicionada ao ingresso no trabalho assalariado para igualar-se ao homem trabalhador. Assim, estaria em pé de igualdade para lutar com o homem na revolução proletária.

Mesmo conscientes da dupla jornada das mulheres trabalhadoras, no âmbito doméstico e no trabalho assalariado, afirmavam os marxistas não existir a opressão da mulher na família proletária, pela ausência da propriedade privada. Eles apostavam que o socialismo libertaria a mulher do trabalho doméstico, o qual seria coletivo. Capital e propriedade privada estariam, portanto, no centro das causas da opressão das mulheres.

Em crítica a essa linha de pensamento, fala que os marxistas primitivos, como os denomina, pouco se preocuparam com as diferenças entre as vivências dos homens e das mulheres no capitalismo e não reconheceram o interesse pessoal dos homens na manutenção da subordinação da mulher, por se beneficiarem do trabalho doméstico e de estarem nos melhores postos de trabalho. Sendo assim, as relações patriarcais, ao invés de definharem na medida em que o trabalho assalariado se estendeu para as mulheres, como afirmou Engels, prosperavam ao lado do capitalismo. Acrescenta que, com o fim da propriedade privada e do capital, não se finda a opressão da mulher *como mulher*, pois não são as suas causas, ou seja, a revolução proletária não levaria automaticamente à libertação das mulheres.

No segundo enfoque, as análises realizadas pelos marxistas contemporâneos, filiados à escola da vida cotidiana, consideram que todos os aspectos da vida das mulheres reproduzem o sistema capitalista. Hartmann e Eli Zarestky, em *Socialismo revolution*, partem de uma análise correta quando

situam o sexismo como fenômeno anterior ao capitalismo, embora este tenha ganhado contornos particulares na sociedade regida pelo capital, mais virulento, como ressaltam, resultando na separação entre o trabalho assalariado e o trabalho e casa, ao passo que a incorporação do trabalho feminino não ocorreu num plano de igualdade em relação ao trabalho dos homens.

Para Hartmann, Zaretsky compreende que o capitalismo cria a aparência que a mulher trabalha para o homem, quando na verdade seu trabalho no âmbito doméstico destina-se para o capital e não para o homem. As causas de sua exclusão do trabalho assalariado devem-se ao capitalismo, por criá-lo fora de casa, por privatizar o trabalho doméstico e destiná-lo às mulheres com o objetivo de reproduzir trabalhadores assalariados para o sistema capitalista. A tese de Zaretsky é que somente com o fim do capitalismo pode haver a superação da segmentação entre trabalho assalariado e trabalho doméstico, tornando-se o último produtivo mediante o reconhecimento por parte dos homens e mulheres trabalhadoras que é neste sistema que se encontra a raiz do problema da opressão feminina.

Do ponto de vista de Hartmann, a respectiva tese não explica (e até mesmo nega) a existência das desigualdades entre homens e mulheres quando situa a preocupação de suas análises na relação *mulher-família na esfera privada e capitalismo*: a opressão dela estaria vinculada à sua destinação à esfera privada. Embora concorde com Zaretsky que a mulher, através do trabalho doméstico, contribua para a reprodução do capital, afirma que ela, dentro da família, trabalha também para os homens. Acrescenta que Zaretsky não explicou as causas da divisão do trabalho que situa as mulheres, prioritariamente, na esfera doméstica, em posição de subordinação, e os homens no trabalho assalariado e em posição de superioridade, problema que “[...] no pude explicar se sin hacer referencia al patriarcado, al predominio sistemático del hombre sobre la mujer” (HARTMANN, 1981, p. 5), e sem refletir sobre um novo conceito de produção para pensar a nova sociedade que se deseja criar, “[...] pero de aqui a sua creación la lucha entre el hombre y la mujer tendrá que continuar junto com la lucha contra el capital” (Ibid., p. 6).

Por último, o enfoque das feministas marxistas, em particular de Mariarosa Dalla Costa, examina a relação do trabalho doméstico com o capital e o seu lugar na sociedade capitalista. Compreende que, por esse tipo de trabalho reproduzir a força de trabalho para o capital ao proporcionar serviços essenciais, e criar mais-valia, deveria ser um trabalho assalariado, ao invés de ser fornecido de forma gratuita, ao tempo que também fornece trabalho assalariado ao inserir-se no mercado de trabalho, fazendo assim uma dupla jornada.

Na opinião de Della Costa, as mulheres poderiam organizar o trabalho doméstico coletivamente, o que ainda proporcionaria um maior grau de consciência sobre a importância e o significado social do seu trabalho como primeiro passo para uma mudança social mais ampla. A reivindicação pelo assalariamento do trabalho doméstico e a negação de participar do mercado de trabalho poderiam favorecer a organização das mulheres na luta contra o capital.

De acordo com a interpretação do pensamento de Della Costa por Heidi Hartmann, a luta das mulheres é revolucionária não porque é feminista, mas porque é anticapitalista. Apesar de reconhecer que os homens se oporiam à liberação das mulheres, crê que a luta das mulheres é complementar à luta contra o capitalismo, e que a finalidade é chegar ao socialismo. Além do mais, Della Costa não aborda as relações entre homem e mulher da forma como se dão no trabalho doméstico, antes subsume a luta feminista à luta contra o capital. Sua análise centra-se no capitalismo, e não na relação entre homem e mulher.

Para Hartmann, o trabalho doméstico realizado pela mulher para o homem é crucial para manter o patriarcado, e o homem tem interesse material na permanência de tal situação. A autora define patriarcado como um conjunto de relações sociais entre os homens que permite estabelecer entre eles interdependência e solidariedade para dominar as mulheres. A relação entre eles é hierárquica, a depender da classe social, raça ou grupo étnico. Eles ocupam, portanto, diferentes postos no patriarcado, mas se unem para manter a dominação sobre as mulheres (HARTMANN, 1981). Assinala que a base material do patriarcado está no controle do homem sobre a força de trabalho da

mulher, a partir da exclusão dos recursos produtivos essenciais e da restrição da sua sexualidade, prestando-lhes serviços pessoais, sexuais e a criação dos filhos, questões fundamentais para perpetuar o patriarcado como sistema:

La base material sobre la que se asienta el patriarcado estriba fundamentalmente em el control del hombre sobre la fuerza de trabajo de la mujer. El hombre mantiene este control excluyendo a la mujer del acceso a algunos recursos productivos esenciales (em las sociedades capitalistas, por ejemplo, los trabajos bien pagados) y restringiendo la sexualidade de la mujer. El matrimonio heterossexual y monógamo es una forma relativamente reciente y eficaz que aparece permitir al hombre controlar ambos campos. El hecho de controlar el acceso de la mujer a los recursos y a su sexualidade, a su vez, permite al hombre controlar la fuerza de trabajo de la mujer, com objeto tanto de que preste diversos servicios personales y sexuales como de que críe a sus hijos. Los servicios que la mujer presta al hombre, y que libran al hombre de tener que hacer muchas tareas ingratas (como limpiar retretes), se realizan tanto dentro como fuera del marco familiar (HARTMANN, 1981, p. 12).

As relações sociais patriarcais se reproduzem, fundamentalmente, no lar, onde os filhos são criados pelas mulheres, espaço que os homens aparecem raras vezes. Mas há outros campos que ensinam comportamentos patriarcais, que impõem e reforçam o lugar de inferioridade das mulheres na hierarquia de gênero, a exemplo de instituições como igrejas, escolas, sindicatos, exército, meios de comunicação. Tais elementos precisam ser considerados para entender aquilo que se nomeia de capitalismo patriarcal (HARTMANN, 1981).

Hartmann posiciona-se contra a tese que defende a ideia de que a universalização do capitalismo poderia proporcionar maior autonomia econômica para as mulheres, favorecendo a destruição das relações patriarcais na família. Na prática, Hartmann observa que são poucas aquelas que têm um salário que permite a sua manutenção e a dos filhos. Atesta que não há incompatibilidade entre patriarcado e capitalismo, mas sim a existência do patriarcado como sistema de relações entre mulheres e homens no interior do capitalismo, numa forte e proveitosa colaboração entre ambos. O patriarcado configura o capitalismo hoje e legitima seu controle, ao tempo que repudia certas formas de luta contra o capital:

El patriarcado, al establecer y legitimar una jerarquia entre los hombres (al permitir que los hombres de todos los grupos controlen al menos a algunas mujeres),

refuerza em controle capitalista, y los valores capitalistas configuran la definición de utilidad patriarcal [...] Si exarminamos las características de los hombres tal como los describen las feministas radicales – competitivos, racionalistas, dominantes –, vemos que coinciden em buena parte com nuestra descripción de los valores predominantes en la sociedade capitalista [...] Esto ayuda a explicar no sólo las características ‘masculinas’ y ‘femininas’ em las sociedades capitalistas, sino también la forma especial que reviste la ideología sexista em las sociedades capitalistas (HARTMANN, 1981, p. 22).

Propondo uma união mais progressista entre marxismo e feminismo, problematiza a relação entre feminismo que denomina de “burguês” e a luta de classes, que historicamente e na atualidade tem caminhado de forma separada, e dentro da própria esquerda pelo predomínio do marxismo sobre o feminismo. Na visão de Hartmann, “[...] esto último ha sido consecuencia tanto del poder analítico del marxismo como del poder de los hombres dentro de la izquierda, lo que ha dado lugar tanto a uma lucha abierta em la izquierda como a la posición contradictoria de las feministas marxistas” (1981, p. 25).

A visão da esquerda tradicional sobre o movimento de mulheres, segundo Hartmann, tem sempre se mostrado ambivalente, considerando-o perigo para a causa socialista. Uma mulher de esquerda que adere ao feminismo pode ser ameaçadora para o homem que está organizado também na esquerda. Muitas organizações da esquerda se utilizam e se beneficiam do trabalho das mulheres e as induzem a abandonar o ponto de vista feminista, tendo em vista que a classe é considerada o marco adequado para analisar a posição da mulher: “[...] debe ser entendida como parte de la classe obrera; la lucha de classe obrera contra el capitalismo debe prevalecer sobre cualquier conflicto entre el hombre y la mujer. No se debe permitir que el conflicto de sexos se interponha em la solidaridad de classe” (HARTMANN, 1981, p. 25).

Hartmann é categórica ao afirmar que a luta contra o capital e o patriarcado não terá êxito se não considerar os estudos e as práticas das questões do feminismo. Está condenada ao fracasso uma luta contra as relações capitalistas de opressão que deixe de lado as relações patriarcais, que são sua base de sustentação. A análise do patriarcado é essencial para definir o tipo de socialismo que destrua o patriarcado, “[...] el único tipo de socialismo útil para la mujer” (HARTMANN, 1988, p. 26), já que mesmo

compartilhando a necessidade de ultrapassar o capitalismo, continuam mantendo interesses próprios de seu gênero. Ademais, não está nítido se o tipo de socialismo que homens e mulheres lutam trata-se do mesmo, pois, concretamente, os homens precisariam renunciar seus privilégios. A mulher, na luta pelo socialismo,

No debe confiar que en que la 'libere' el hombre 'depués de la revolución', en parte porque no hay razón alguna para creer que sabría harcelo, y en parte porque este no tiene necesidad alguna de harcelo; de hecho su interés inmediato radica en que continúe nuestra opresión" (HARTMANN, 1988, p. 26).

A proposta de Hartmann é para que as mulheres tenham suas próprias organizações e sua própria base de poder, considerando que elas sabem as razões pelas quais lutam. Afirma, além disso, que as feministas socialistas devem organizar uma prática que dirija a luta contra o patriarcado e o capitalismo.

#### **4. CONCLUSÃO**

As reflexões em torno das relações sociais de sexo levaram Danièle Kergoat a concluir que estas não podem ser analisadas de forma isolada das demais relações que constituem a realidade, criticando a insuficiência das abordagens teóricas que tendem a centrar os estudos apenas nas relações sociais de sexo e nas lutas reduzidas ao elo de dominação homem-mulher. Ao invés de hegemonizar apenas uma relação social, sua proposta é pensar a simultaneidade ou interpenetração constante do conjunto das relações sociais (KERGOAT, 2009).

Para Heidi Hartmann, a acumulação capitalista assenta-se no patriarcado. Atesta a existência do patriarcado como sistema de relações no interior do capitalismo, em colaboração mútua, que estabelece e legitima uma hierarquia, interdependência e solidariedade entre os homens, pertencentes a diferentes classes sociais, para exercerem e manterem o domínio sobre as mulheres, a partir do controle da força de trabalho feminina.



## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. Feminismos Latino-Americanos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, 1998.

\_\_\_\_\_. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. 2003.

ARRUZZA, Cinzia. **Las sin parte**: matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo. Cidade: La colección crítica y alternativa, 2010.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 1, n. 23, p. 33-58, 1. sem. 2015. Disponível em: <[http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015\\_1\\_04\\_Cinzia-Arruza.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos CEMARX**, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 39-60, 2017. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/2937/2224>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

DELPHY, Christine. Patriarcado (Teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

HARTMANN, Heidi. **Un matrimonio mal avenido**: hacia una unión mas progresiva entre marxismo e feminismo. Papers de La Fundación 88. Disponível em: <<http://www.fundaciocampalans.com/archivos/papers/88.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2018

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Tradução de Antonia Malta Campos. **Estudos Novos** 86, São Paulo, v. 29, n.1, p. 93-103, mar. 2010.

PARADIS, Clarisse; CARRAU, Natalia; BARRETO, Viviana. A resistência feminista contra o livre comércio: a luta das mulheres pela autonomia sobre o corpo, trabalho e território. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida**: nós mulheres seguimos em luta! São Paulo: Sempreviva Organização Feminista e Marcha Mundial das Mulheres, 2017.